
Mito do amor materno: a construção subjetiva do feminino na decisão pela não maternidade

Nathalia Lionel de Carvalho¹
Vitor Hugo de Oliveira
Centro Universitário UNIFAFIBE

RESUMO: A proposta do presente trabalho é conhecer e discutir sobre o empoderamento das mulheres na decisão pela não maternidade e, para a justificativa desta escolha, faz-se necessário a investigação e reflexão das questões e implicações sociais e de gênero que sustentam a emancipação da subjetividade feminina na contemporaneidade, inclinando-se a descrever o status da mulher no contexto social/culturais atuais, além do papel simbólico - significativo exercido por estas na coexistência entre a configuração familiar tradicional e na composição de novos arranjos familiares, assim como a problematização do amor materno tido como inerente a mulher, visto como natural na constituição de sua história. Tais aspectos apresentam a relevância científica do tema, uma vez que vislumbra traçar as mudanças na concepção da figura feminina quanto à escolha pela não maternidade. O desejo de abordar o tema advém das aspirações subjetivas da autora em compreender as imposições das pressões sociais influenciadas pelo modelo patriarcal sobre os interesses e predileções das mulheres, que, no entanto, com as contribuições de novos movimentos sociais, tais como o feminismo e as questões de gênero, vêm se desnaturalizando e possibilitando às mulheres a exercer sua existência dissociada do espectro masculino e da imagem maternal.

Palavras-chave: Mito do amor materno, Não-maternidade, Construção social da mulher.

Myth mother love: construction of subjective fem in decision for non-maternity

ABSTRACT: The purpose of this work is to know and discuss the empowerment of women in the decision by the non-maternity, and the justification for this choice is - if necessary to the investigation and reflection of the issues and social implications and gender that support the empowerment of female subjectivity in contemporary, leaning - to describe the status of women in the social context / current cultural, beyond the symbolic role - Significant exercised by those in the coexistence between traditional family structure and composition of new living arrangements, as well as the questioning of maternal love had as inherent to women, seen as natural in the constitution in its history. These aspects have the scientific relevance of the topic, as it sees trace the changes in the design of the female figure on the choice by not motherhood. The desire to address the issue arises of the subjective aspirations of the author to understand the constraints of social pressures influenced by patriarchal model on the interests and predilections of women, who, however, with contributions from new social movements such as feminism and gender issues, have been denaturalized and allowing women to exercise their dissociated existence of the male spectrum and maternal image.

Keywords: Myth make maternal love, Not motherhood, Social construction of women.

¹ Nathalia Lionel de Carvalho. End. Correspondência: End. Correspondência R. Prof. Orlando França de Carvalho, nº 325-326, Centro, CEP 14701-070, Bebedouro, SP, Brasil, e-mail: nat-schicklgruber@hotmail.com

Introdução

Atualmente, os papéis sociais contemporâneos passam por diferentes e profundas alterações em suas constituições, resultado das mudanças ideológicas, econômicas, políticas e sociais que interferem e influenciam significativamente a configuração dos modelos familiares, que antes era concebido idealmente pelo modelo burguês composto por pai, mãe e seus filhos e que nos dias atuais, cede espaço para forjar-se novos arranjos familiares. Em detrimento dessas mudanças, entrelaça-se a figura feminina, que passa a assumir novos status em sociedade, principalmente com relação à escolha da experiência materna, e que, portanto, sofrem fortes influências do momento histórico ao qual estão inseridas.

Assim, Patias e Buaes (2009), apontam que os fatores que subsidiam a decisão pela não maternidade estão interligados as novas funções e papéis desempenhados pelas mulheres em tempos atuais e seus respectivos contextos sociais e culturais, que dizem respeito à inserção e ascensão no mercado de trabalho e conseqüentemente a dificuldade em atender a satisfação entre realização profissional e realização pessoal que atestam a difícil tarefa em conciliar as posições de esposa, profissional, mulher e mãe, mudanças nas predileções, expectativas e projetos de vida, além do aparente crescimento do número de mulheres ingressando cursos universitários entre outras esferas acadêmicas.

Segundo o PNAD – Pesquisa Nacional de Domicílio (2007) vem havendo uma diminuição na taxa de natalidade e, portanto, uma menor taxa de fecundidade das mulheres brasileiras, inclusive, não alcançando as estimativas que o senso de 1997 e 2007 do IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2007) preveem para a reposição da população (2,1 filhos por mulher), impactando na constituição nuclear do modelo familiar, onde constata – se o crescimento de casais que optam por não serem pais.

Outro fator que contribui para a não maternidade por opção são os movimentos sociais que intensificaram nas últimas décadas e que possibilitaram a reflexão e discussão do que é ser mulher na sociedade, principalmente o movimento feminista, que de acordo com Bourdieu (2003), fora feliz em centrar as forças na luta pela queda da

dominação masculina da mulher, o que garantiu que a herança historicamente conservada do patriarcado viesse a enfraquecer-se, de modo que o discurso de opressão masculina passasse a ser questionado e rebatido – deixando de ser concebido como algo indiscutível ou aceitável socialmente, desfazendo – de uma aceitação naturalizada para um argumento de justificação ou defesa.

Além do engajamento do movimento feminista em desnaturalizar o “totalitarismo masculino”, enfatiza-se as contribuições desses na mudança do discurso ideológico das famílias que se constituem atualmente, uma vez que, majoritariamente, os padrões sociais e o desempenho de papéis são transmitidos dentro de gerações como a figura masculina em supremacia à figura feminina – cabendo à mulher o status de figura espectral (mantendo-se à sombra) do homem; tais aspectos são evidenciados desde muito cedo na infância de meninos e meninas, que tendem a reproduzir o modelo tradicional de dominação masculina ao qual a sociedade é adepta. Através do feminismo fora possível assegurar algumas mudanças e progressos sociais em relação à posição e o direito que atestam às mulheres, desconstruindo paradigmas que se encontravam no arcabouço da constituição cultural do modelo patriarcal e que influenciavam as ideologias femininas, passando estas a exercerem o exercício político e social, aventurando – se a conhecer o mundo que há por detrás da janela da sala de estar, saindo do referencial privado para o público.

Entretanto, o início das práxis do empoderamento da mulher ao qual o movimento feminista propunha e defendia não ocorrera sem retaliações, muito pelo contrário, houve uma grande frente de combate em relação a emancipação feminina frente a abolição do regime marital-patriarcal, onde a mulher que se comportasse de modo a reaver ou lutar por suas próprias causas era marginalizada, rechaçada, e muitas vezes era-se questionado o compromisso da mulher em relação a instituição matrimonial e ao desempenho materno. Concomitante a saída das mulheres em busca da inserção no mercado de trabalho e o desenvolvimento da área profissional em suas vidas, nasce também nas mulheres o sentimento de empreitar uma carreira ocupacional, o que, por conseqüente contribuiria para o adiamento ou recusa a maternidade (Roudinesco, 2003).

Métodos

A revisão da literatura encaçada no presente trabalho será configurada de acordo com a busca eletrônica de artigos científicos indexados nas consagradas bases de dados: CAPES, Google Acadêmico e Scielo, e livros de referência no tema, destacando autores: Elisabeth Badinter, Simone de Beauvoir, Pierre Bourdieu entre outros. Após a revisão bibliográfica empreendida pelos unitermos: mito do amor materno, não maternidade, empoderamento feminino, visão da mulher na contemporaneidade, etc.; serão realizadas leituras dos resumos dos artigos científicos encontrados na base de dados citadas com a finalidade de selecionar quais materiais irão contribuir efetivamente para o presente estudo; assim como a leitura dos livros adquiridos por empréstimo ou compra. Mediante o referencial obtido, proceder-se-á seleção das publicações encontradas sem restrição por períodos, visando responder os objetivos deste estudo cuja natureza é teórica.

Resultados e Discussão

É bem verdade que o universo feminino sempre fora pauta de inúmeros estigmas, normatizações e estereótipos ao longo da trajetória histórica da mulher na civilização. Tal fato contribuiu para que o conceito da feminilidade ainda seja permeado por olhares discriminativos acerca dos comportamentos esperados pela figura da mulher em sociedade.

Bourdieu (2003) argumenta que a subjetividade feminina é simplesmente silenciada pelos padrões regulamentadores que enviam a postura da mulher, uma vez que se constrói culturalmente o padrão de imagem ideal do feminino, e buscam minimizar sua expressividade sob estes rótulos e modulações, principalmente em relação às vestimentas e posturas a serem seguidas por estas. Trata-se, portanto, da apropriação do corpo da mulher e de sua subjetivação feminina pela cultura patriarcal, ao qual o autor definiu como a arte de “se fazer pequena”: reduzir às mulheres a pequenos e curtos movimentos/gestos de expressão, principalmente em relação às normas de etiquetas e a vestimentas, haja vista que esta última sempre detém um caráter desconfortável e pouco flexível, a fim de exigirem que essas adotem comportamentos que assegurem suas “boas maneiras” no circuito

social. Não obstante, a “ditadura” masculina também impera sobre o corpo da mulher, de modo a articular estereótipos que influenciam no imaginário feminino, com padrões de beleza a serem seguidos.

Esse fenômeno corresponde à normatização massiva e midiática do que é ser mulher na contemporaneidade. Isso ocorre, pois, a dominação masculina sustenta a ideia de que as atitudes e condutas das mulheres devem ser subalternas aos homens, de modo que o feminino é posto como inferior ao masculino. Tais análises abrem um debate acerca da figura feminina, se esta seria uma construção subjetiva ou cultural. Como se a feminilidade se medisse pela arte de “se fazer pequena” [...], mantendo as mulheres encerradas em uma espécie de cerco invisível, limitando o território deixado aos movimentos e aos deslocamentos de seu corpo, sobretudo em lugares públicos. Essa espécie de confinamento simbólico é praticamente assegurada por suas roupas (o que é algo mais evidente ainda em épocas mais antigas) e tem por efeito não só dissimular o corpo chamá-lo continuamente à ordem. (Bourdieu, 2003, p. 39-40).

Em consonância à figura da mulher, tem-se a figura da mãe, que também participa do mesmo conjunto discursivo relativo às imposições sociais sobre o sexo feminino, e que reafirmam o conceito da identidade feminina e materna como indissociáveis e reticentes umas a outra. Esta dependência ocorre em razão da crença tradicionalmente vigorada pela sociedade patriarcal e da família nuclear burguesa, como sendo a maternidade natural e biologicamente intrínseca à figura feminina, como se esta estivesse obrigatoriamente eleitorada ao cargo e função da maternidade.

Em defesa do argumento, os autores Emidio e Hashimoto (2008) esclarecem que a mulher sempre ocupara o espaço familiar como coadjuvante em relação ao protagonismo do homem, e este retrato da realidade privada tem como contraparte a pouca valorização da mulher no cenário público, colocando os interesses e vontades masculinas sobrepujadas aos desejos femininos. Por muito tempo, mantiveram-se nas articulações familiares e nos demais contextos externos a ideia de que a mulher deveria ocupar lugares de pouco destaque, sendo estes defendidos pelos discursos políticos-religiosos. O modelo patriarcal fora responsável por situar o lugar de pertencimento da mulher, o que pode ser evidenciado em diversos períodos da

história, como quando ainda era muito comum o acordo realizado entre famílias para que fossem garantidos casamentos que pudessem obter satisfação financeira, e pouco se considerava o valor sentimental das relações estreitadas – como atualmente é valorizado. Tratava-se de negócios e não de enlances afetivos.

Nestas situações, os casais viam-se sujeitados aos arranjos familiares impostos, e a mulher cabiam satisfazer os ideais dos pais, como uma “boa filha”, e conseqüentemente aos ideais do marido como “boa esposa”, por fim, restava-lhe a incumbência da procriação e garantir ao esposo, uma vasta prole de descendentes. O que difere este doutrinamento passado dos padrões atuais é que, na presente conjuntura, é vislumbrado e “exigido” socialmente que a mulher destine afeto e cuidados aos seus filhos, o que tornou o conceito de amor materno como instintivo e natural à figura feminina, o que não correspondia em verdade aos pressupostos dos séculos anteriores, onde a mulher não responsabilizava-se pelos cuidados de suas crias, tampouco ofertava amor e carinho aos filhos, à esta função tinham-se as amas aos quais as crianças eram entregues assim que nascera.

Evidentemente que esta realidade devia-se em maior significância às mães pertencentes às classes abastadas, que detinham recursos monetários para encaminhar seus filhos ao cuidado de outrem, no entanto, ainda sim, o sentimento de despertencimento e estranheza em relação ao carinho e zelo materno eram bastantes presentes entre os mais variados estratos sociais. Segundo Badinter (1985), a filosofia do amor e do compromisso entre crianças e seus pais, em específico a figura da mãe, mudara por intermédio da construção histórica cultural, e da valorização da posição social da mãe em sociedade, como sendo aquela que organiza o lar e ainda mantém filhos e marido sob sua custódia.

Quanto à infância, esta foi sendo definida como período específico e significativa da vida humana a partir do fim do século XVII e início do século XVIII, através do conceito estatal de que a prole é responsabilidade total dos pais, sendo seu zelo, cuidado e afeto entregues aos encargos da mulher; esse discurso apoiava-se no movimento higienista que ocorrera em primeiro momento na Europa, e propunha o discurso de disciplina e controle higiênico familiar como ferramenta de ordem cidadã. Com o advento da ternura entre membros da

família, o conceito de conjugalidade e procriação transformaram-se.

Nessa conjuntura, prezava-se a escolha dos parceiros pelo enlace afetivo, e a reprodução feminina passa a não ser somente uma forma de dar ao marido uma prole de herdeiros, mas ganha sentido em torno do romantismo pela maternidade, nos quais sentimentos positivos em relação à função materna passam a ser incorporados pelas mulheres.

No entanto, fica expresso aqui em linhas delimitadas que a maternagem e atitude de amor da mãe pelos filhos é um conceito do mundo moderno. Como fora descrito anteriormente, as mulheres pouco compreendiam sobre os sentimentos que envolviam a maternidade e tampouco ainda sentiam-se como figuras representativas da proteção e responsabilidade para com os filhos. Segundo a autora, somente no século XVIII fora possível, através da amamentação e do status da maternidade, que as mulheres passassem a incrementar em suas vidas o desejo de serem mães. Logo, as associações entre “amor” e “maternidade” tidos como sendo indivisíveis é um conceito bastante recente historicamente, sendo, portanto, um ideal construído e conquistado, não podendo ser enquadrado como natural e condicionante da natureza feminina, sendo a maternidade uma escolha e não uma normatização biológica a desvaler – se da decisão do feminino.

“Não” ao imperativo maternal

Dentre os pressupostos que atestam o conceito de que a maternidade assumira outras conformações atualmente – não sendo mais sustentado pelo paradigma do amor materno incondicional, e que o número de mulheres que optam por negar ou adiar a maternidade é cada vez mais crescente, tem-se os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2005. Em relação aos dados dos períodos reprodutivos das mulheres brasileiras, percebe-se que, dos anos de 1991 a 2000, entre mulheres de faixa etária entre 10 a 49 anos, houve um aumento da idade média em aproximadamente um ano (de 25,7 para 26,6). Os dados parecem indicar uma decisão das mulheres pelo adiamento da primeira gravidez, engendradas por fatores de constituições diversas, sendo de ordem social, intelectual e subjetiva para a mudança nos dados apresentados, não explorados em pesquisa.

É importante ressaltar que o período fértil feminino brasileiro, em sua população total de mulheres conta com uma taxa de 2,85 filhos por mulher nos anos de 1991, e 2,38 filhos por mulher na data de 2000; expressando assim um declínio percentual de 16,49, assim podemos inferir um decréscimo do número de nascimentos por mulher, indicando não só um adiamento da maternidade, mas uma redução do número de filhos.

Evidentemente, a expansão do número de mulheres ingressa em cursos superiores tem muito a contribuir para o nascimento da mulher empoderada em sociedade, e, por conseguinte, na sua decisão pela não maternidade. De acordo com o Censo da Educação Superior (2012), a presença feminina nas universidades tem crescido anualmente, em níveis e proporções de destaque, e a este fato relaciona-se à inserção e ascensão da mulher no âmbito laboral, e a necessidade destas em assegurar o nível acadêmico superior em comparação ao masculino, em decorrência das desigualdades sociais que essas sofrem, de modo a buscarem uma maior formação na tentativa de dirimir as discrepâncias associadas aos gêneros no mercado de trabalho. Assim, os dados do censo confirmam que o número de mulheres ingressa e concluintes dos cursos de graduação superior configuram-se acima das perspectivas do público masculino, podendo ser expresso pelo percentual de matrículas pela região sudeste, que apresenta uma diferença estatística de 8,8% entre homens e mulheres, onde os percentuais apontam 54,4% ao público feminino a 45,6% do público masculino.

A presença feminina nas universidades advém de um discurso de emancipação da mulher, dadas à qualificação profissional no trabalho. No entanto, faz-se necessário compreender as mudanças tecnológicas, sociais e econômicas que estão implicadas à concepção de trabalho para os sujeitos. Inicialmente, ao trabalho era adotada a perspectiva de realização pessoal, atividade cujo sentido e significado interessavam à vida dos indivíduos, expressando às claras o produto da manifestação humana.

Atualmente, a ideia contrapõe-se a anterior, uma vez que o trabalho passa a representar a condição para a sobrevivência humana quase que exclusivamente, tendo pouca expressividade em relação ao desejo de crescimento pessoal e profissional. A isto, deve-se levar em consideração a precariedade da situação econômica do cenário

mundial, as questões de gênero no circuito laboral, pois estas também se configuram como de relevante assimetria. Assim, o gênero se constitui como ferramenta primeira para sustentar as diferenças entre os sexos e principalmente estabelecer relações de subordinação (Scott, 2015).

De acordo com Araújo e Peres (2015), as questões de gênero se referem a uma conjectura social e, portanto, implicam nas vivências entre os indivíduos e no exercício de suas subjetividades no meio social. A partir destas vivências, tem-se como resultado os estereótipos disseminados dentro do mercado de trabalho, que oportunizam a descredibilização da figura feminina no cenário laboral, principalmente, pois, estas devem engajar-se na escolarização e na educação continuada, para poderem alcançar, em detrimento da figura masculina, espaço e permanência no mercado.

Os jogos de poder social que imperam sobre as oportunidades no contexto trabalhista estão associados aos papéis desempenhados socialmente entre homens e mulheres e, para tanto, o prelúdio em relação ao desempenho de funções no trabalho ficam aos encargos de tais modulações, que estão circunscritas à divisão sexual dos trabalhos, diferenciando profissões e ocupações entre o gênero feminino e masculino. O exemplo, disto são as produções ocupacionais que têm entre os sexos baseadas no universo feminino, como esteticistas, psicólogas, enfermeiras, educadoras, e etc., os quais interessam ao cuidado e a devoção ao servir, muito atreladas à figura da maternidade. Não suficientemente, as mulheres enfrentam obstáculos ainda maiores quanto à luta pelos direitos civis, os quais, de início, eram a grande causa dos debates dos movimentos feministas pelo mundo. Embora se tenha assegurado alguns direitos às mulheres, especialmente na vara trabalhista, ainda sim há muito que empreitar, e a necessidade de manter-se à marcha ainda é primordial para que haja novas conquistas às mulheres. O assujeitamento feminino perante a dominação do patriarcado, que repercute ainda no cotidiano, pouco diminuiu e, diariamente defronta-se com a realidade abusiva do sexo masculino sobre o sexo feminino. A mencionar sobre a dominação masculina, o código civil de 1916 até os anos correspondentes a 1962, previa ao marido a tarefa de gerência das relações familiares, sendo a mulher restrita à continência da ternura familiar, do cuidado e do zelo maternal.

Os artigos ainda alicerçavam-se sob a premissa da honra e da moral, esclarecendo que é de decisão e justiça do homem, casar-se com a mulher virgem, e que, caso este não fora verificado, o consentimento para a anulação do matrimônio era concedida, eram promulgados os deveres das mulheres a domicílio do marido, e sua total reclusão aos afazeres privados deveriam estar de acordo com a autorização da chefia familiar, e, portanto, competia a figura marital o domínio dos bens do casal e das regras entre os membros da família.

A cultura patriarcal também se forja sobre a história do Código Penal Brasileiro (CPB), datando os anos de 1940, interessava principalmente a figura feminina ao detrimento da dignidade sexual, onde crimes de moléstia à mulher eram subjugados de acordo com o valor da honra e da própria sexualidade desta, sem que seus respectivos algozes fossem sentenciados pelo exercício da violência, mas sim, sendo protelados pelo discurso da integridade moral das mulheres; estas e outras premissas legislativas vigoraram até bem pouco tempo atrás, entre os anos 2005 e 2009, o que nos direciona para a compreensão da perpetuação da discriminação da mulher, e conseqüentemente, da transposição geracional das crenças patriarcais (Guerra, 2011).

O movimento feminista nasce justamente a fim de irromper com as amarras do patriarcado e libertar as mulheres das correntes que as prendem e escravizam socialmente e psicologicamente a esta realidade; e não somente, o feminismo em seu discurso ideológico preconiza a figura masculina e feminina sob o olhar da igualdade de gênero, e, portanto, devendo haver políticas que endereçassem a cumprir e estabelecer direitos e deveres igualitários.

Segundo Silva (2012), o movimento feminista é a voz das mulheres, que por muito tempo viram-se amordaçadas pela cultura paternal/marital, e que sua organização consiste em subsidiar o público feminino na travessia pela luta de direitos na esfera política, além de empoderá-las como sujeitos ativos na apropriação de suas vivências, à luz da desapropriação masculina. As conquistas obtidas através do feminismo são claras: o direito pelo voto (sufrágio), a redução das horas a serem trabalhadas, e o direito à escolha à maternidade são algumas das mais estimadas, e atestam sua construção por intermédio de fortes resistências, retrocessos,

vitórias e garantias, mas que, no entanto, consagram a história da mulher em sociedade.

O empoderamento feminino é também um dos pressupostos básicos ao movimento feminista e, portanto, tem ganhado força nos grandes centros urbanos, principalmente pelas ruas e comunidades marginalizadas. Isto se dá em razão do conceito do empoderamento estar vencelhado a bandeira do poder negro pelo mundo, e assim, implicar na emancipação da mulher negra, principalmente aqueles que pertencem à periferia. Pertinente à emancipação da mulher civil, o empoderamento tem por objetivo conscientizar o público feminino de sua legitimidade enquanto grupo político e socioeconômico que deve assumir seu papel social, com vias a tomar as rédeas de sua própria vida transformar sua experiência real, erradicando com as relações patriarcais tradicionalmente impostas, e mais, desarticular o poderio masculino e a manutenção dos seus privilégios de gênero (Costa, 1998).

Ademais, quanto às novas possibilidades da maternidade, encontramos algumas mudanças. No entanto, o determinismo social e o aspecto biológico parecem ainda confundir-se bastante, como se houvesse uma interdependência exclusiva e absoluta que orienta o exercício da maternidade na vida de todas as mulheres. Badinter (1985) aponta que esta fusão ocorre devido à diferenciação entre os sexos, ou seja, ainda que hoje o valor dos papéis sociais esteja atribuído a uma construção social, alicerçada pelas produções de significados atreladas à história cultural, encontra-se ainda no discurso ideológico de grande parte a figura da mulher reticente à natureza biológica, chamando o corpo feminino à ordem, especialmente em gerar e criar filhos, com efeitos a vivenciarem o tão admirado “instinto materno” (Badinter, 1985).

Ainda que o discurso biológico e social impositivo ao exercício da maternagem seja muito forte, pode-se observar a conquista de algumas mudanças que corroboram para a absolvição de mulheres que escolheram pela recusa à maternidade; como a exemplo, o surgimento da pílula de contracepção e demais métodos anticoncepcionais, que oferecem às mulheres a responsabilidade e controle sobre sua sexualidade, de modo a terem liberdade de escolha quanto a serem ou não mães, e especialmente sob quais contingências e em que momento fazê-lo. Com isso, o resultado de que temos são mulheres assumindo

as decisões sobre seus próprios destinos, voltando-se para seus desejos pessoais – uma prática até então inédita, uma vez que estas estiveram sempre em voga às vontades alheias, negando a si mesmas em benefício do outrem (Trindade & Enumo, 2002).

Ao passo que falamos de mulheres sob a possibilidade e perspectiva à maternidade defendendo seus direitos de escolha, devemos também falar sobre aquelas que biologicamente não os tem, ou seja, um grupo de mulheres chamadas de “inférteis”. Quanto a este fato, os estudos de Trindade e Enumo (2002) predizem que tais mulheres são rotuladas como aquelas às quais não lhe fora concedida “a graça”, muito atribuído à imagem da maternidade como sagrada e imaculada – pelo discurso religioso, que impõe a imagem materna como significante de santidade, à mãe de todos: virgem Maria. A mulher estéril é tida como incompleta e frustrada, e de acordo com os autores, isso se configura devido ao imaginário comum de que a experiência da maternidade é a realização máxima de uma mulher, e que aquelas cuja oportunidade lhes fora tomada, caberia à eterna solidão e tristeza, pois vêm – se roubadas daquilo pelo qual nasceram, e, portanto, para serem mães (Trindade & Enumo, 2002).

A maternidade sempre fora reconhecida como finalidade a qual toda e qualquer mulher caminha, ainda que este discurso não seja democrático ao feminino, é o que conhecemos sobre verdade. Diferentemente à maternagem, tem-se a paternidade. Ora, se à fêmea cabe o desejo da procriação e o exercício da filosofia do amor à prole, ao que cabe a figura do macho? A paternidade advém com o tempo, e para o homem, é natural dizê-lo que tal interesse deve passar por um período de maturação, para que enfim possa senti-lo como condizente a seu subjetivo, ou seja, para dizê-lo preparado para esta tarefa. O que confirma claramente que, para o homem, a paternidade é uma etapa, e para a mulher é toda a vida. E sob quais argumentos legitima-se esta ideia? Obviamente pelo discurso biológico, que novamente qualifica o endereço do feminino e masculino, contando com forte contribuição do imperativo social, que norteia e instrumentaliza as práxis entre os gêneros.

Entretanto, a defesa de tais argumentos alude a um equívoco que se reproduz há muito tempo, haja vista que, biologicamente, pouco se pode prever além da gestação e o parto. À

maternidade, assim como a paternidade, nada mais são do que o resultado da aprendizagem social, tratando-se a último, de uma conquista e não de um atestado (Trindade & Enumo, 2002).

Considerações Finais

Os fatores contribuintes e constituintes interessadas à história do substantivo feminino, e conseqüentemente a figura da maternidade atrelada a esta, conforme atestam os autores Beauvoir (1980); Badinter (1985); Bourdieu (2003); Bonini-Vieira (2003) e demais autores aqui explicitados em discussão, estabelecem uma relação indissociável entre a figura do feminino e a conformidade à maternidade, muito embora esta perspectiva esbarre, nos dias de hoje, em novas relações de gênero e também ao que tange ao desejo pela maternidade. Ainda sim, a reprodução da imposição social e a manipulação de jogos e posições de poder performatizam o papel das mulheres e principalmente retiram – lhes a tutela discursiva da negação da maternidade.

A esse respeito, é imprescindível voltarmos sobre duas questões encaçadas até aqui: seria o amor maternal uma verdade ou um mito? A recusa pela maternidade seria a negação do ideal feminino? Seria uma inverdade afirmar que o sentimento de uma mãe por seu filho não é real, ou que este não exista. Contudo, não há como universalizá-lo, tampouco chamá-lo de natural. Assim como qualquer outro sentimento, o amor de mãe ou o amor materno, provavelmente é coeficiente da aprendizagem e significado humano. Dizê-lo concernente à biologia feminina é correto, mas afirmá-lo como incondicional e inerente à subjetividade deste, certamente não.

Foi possível colher, através da revisão bibliográfica, que as mulheres que negam a maternidade encontram-se situadas no crescente movimento de resignificarem suas relações consigo mesmas, com a comunidade social, entre outras instâncias regulamentadores aos quais estão circunscritas, de modo a permitirem novas experiências de vida, tanto ou quanto mais emocionantes que a maternidade, e para isso, o fazem assumindo os riscos e as oposições impostas através de gerações em gerações. Interessante a problematização de tais questões, deve-se pensar e discutir se a liberdade de escolha do feminino pela recusa em tornar-se mãe é de fato livre ou deverá configurar-se como uma nova dominação social, que

poderá influenciar no desempenho de novos papéis e performances sociais.

No entanto, conclui-se que embora o presente trabalho tenha trazido importantes contribuições ao tema, ainda sim, se faz indispensável à investigação pelo mesmo, a fim de que possibilite e encorajam as mulheres sobre suas próprias decisões, a fim de livrá-las da culpa e da dívida social de escolherem o que lhes quis ser.

Referências

- Badinter, E. (1985). *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. (8a. ed.). Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Beauvoir, S. (1980). *O segundo sexo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Bonini-Vieira, A. (1996). *Definidas pela negação, construídas na afirmação: a perspectiva de mulheres não mães sobre a maternidade e seu projeto de vida*. Dissertação de mestrado. Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ. Brasil.
- Bourdieu, P. (2003). *A dominação masculina*. (Maria Helena Kühner, Trad.). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. (obra original publicada em 1998).
- Brasil. Censo da educação superior 2012. INEP/MEC. (2012). *Resumo Técnico do Censo da Educação Superior 2012*. INEP, 2014. Recuperado em 20 de junho de 2015 de <http://portal.inep.gov.br/web/centso-daeducacao-superior/resumos-tecnicos>
- Costa, A. A. (1998). *As donas no poder. Mulher e política na Bahia*. (Vol.2, 2a ed., 248 pp). (Coleção Bahianas) Salvador: NEIM/UFBA e Assembleia Legislativa da Bahia. 1998.
- Emidio, T. S., & Hashimoto, F. (2008). Poder feminino e poder materno: Reflexões sobre a construção a identidade feminina e da maternidade. *Colloquium Humanarum*, 5(2), 27-36.
- Guerra, R. D. (2001). *Mulher e discriminação*. Belo Horizonte: Fórum.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (2005). *Perfil socioeconômico da maternidade nos extremos do período reprodutivo (Primeira versão)*. Diretoria de pesquisa – DPE. Coordenação de População e Indicadores Sociais. COPIS. Rio de Janeiro.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) 2007. *Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio: PNAD*. Recuperado em outubro de 2015 de: www.ibge.gov.br
- Patias, N. D., & Buaes, C. S. (2009). Não tem filhos? Por quê? *Trabalho Final de Graduação. Universidade de Franca*. Franca, São Paulo, Brasil. Disc. Scientia. Série: Ciências Humanas, 10(1), 121-133.
- Roudinesco, E. (2003). *A família em desordem*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores.
- Scott, J. (2015). *Gênero: uma categoria útil para análise histórica*. Recuperado em fevereiro de 2015 de: https://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/185058/mod_resource/content/2/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf
- Silva, J. E. (2012). Enfrentando lutas, superando desafios: Ganhos e conquistas das mulheres brasileiras no século XX. Interdisciplinar: *Revista Eletrônica da UNIVAR*. (7), 58-61. Recuperado em fevereiro de 2016 de <http://revista.univar.edu.br/>
- Trindade, Z. A., & Enumo, S. R. F. (2002). Triste e incompleta: Uma visão feminina da mulher infértil. *Psicol. USP*, 13(2), 78-91. Recuperado em 12 de julho de 2016 em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65642002000200010&lng=en&nm=iso&lng=pt

Recebido em 10/05/2017
Versão final em 04/10/2017
Aceito em 19/10/2017